



AMÉRICA - Diminui a pobreza na América Latina, mas 66 milhões de pessoas vivem na extrema pobreza

Santiago (Agência Fides) - A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) previu que neste ano que está por se encerrar, a região conta 167 milhões de pessoas vivendo em pobreza; um milhão e meio a menos em relação a 2011, ou seja, 28,8% da população. O número de pessoas em condição de pobreza extrema ou indigência permaneceu estável em 2012, com um total de 66 milhões de pessoas, o mesmo número de 2011. A pobreza na América Latina mantém, assim, a tendência a diminuir, mesmo que com um ritmo levemente inferior em relação aos últimos anos, graças às previsões positivas de crescimento econômico para 2012 e à moderada inflação na região: é o que constata o relatório “Panorama social da América Latina 2012”, apresentado em 27 de novembro na sede da CEPAL em Santiago, no Chile, e cuja cópia foi enviada à Agência Fides.

Segundo este estudo, 168 milhões de latino-americanos estavam abaixo da linha de pobreza em 2011, isto é, 29,4% da população da região, com uma queda de 1,6% em relação a 2010.

Como nos anos passados, o aumento da renda de trabalho das famílias pobres foi o fator mais importante na redução da pobreza. “Os atuais índices de pobreza e indigência são os mais baixos das últimas três décadas, e isto é uma boa notícia para a região; mas estamos ainda lidando com níveis inaceitáveis em muitos países” – disse a Secretária Executiva da CEPAL, Alicia Barcena, durante a apresentação do relatório.

Na edição de 2012, o relatório aborda também alguns aspectos de outros temas, como a desigualdade de gênero e as discriminações que atingem as mulheres, a situação das pessoas com deficiências, suas necessidades e cuidados, desafios para as políticas públicas. O relatório se encerra apresentando o papel do Estado como “essencial para formar sistemas de assistência nacionais, que sejam dotados de um poder institucional capaz de integrar políticas e serviços públicos, coordenar organizações e recursos públicos e privados e assegurar a integridade e a qualidade do serviço”. (CE) (Agência Fides, 29/11/2012)